

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Informações trimestrais - ITR
em 31 de março de 2014

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais	12

Relatório da administração

O primeiro trimestre de 2014 foi marcado pela continuidade da evolução do plano de negócios da Maestro com evolução dos principais indicadores de eficiência operacional e de resultados. Nos primeiros três meses de 2014, a receita de aluguel de veículos atingiu R\$ 8.705 mil, aumento de 18,6% em relação ao mesmo período de 2013. A receita de vendas de usados por sua vez totalizou R\$ 2.300 mil, inferior em relação ao primeiro trimestre de 2013 (R\$ 7.132 mil) devido ao menor número de contratos vencendo no início deste ano. O total combinado das receitas foi de R\$ 11.475 mil.

Este faturamento é suportado por uma carteira diversificada de pouco mais de 100 clientes ativos em todo território nacional e com boa diversificação nos diversos setores de atuação. Os contratos são de longa duração, com prazo médio de 28 meses.

As margens mantêm tendência ascendente com EBITDA trimestral de R\$ 4.193 mil, valor 56,6% superior ao do primeiro trimestre de 2013 (R\$ 2.917 mil).

A Maestro tem sido consistentemente lucrativa, com resultado antes de impostos no período de R\$ 293 mil, equivalente a 5,0% da receita de aluguel. O plano de negócios da Companhia prevê crescimento com aumento da lucratividade nos próximos períodos, à medida que evoluiremos em nossa contínua busca por eficiência e na diluição de custos fixos pelo aumento da carteira de clientes.

O resultado obtido na venda de veículos usados tem sido muito próximo da meta, ou seja, venda pelo valor mais próximo possível do estimado no momento da precificação dos contratos de locação. Este indicador demonstra robustez no critério de avaliação da Maestro para veículos usados, um pilar importante na gestão do negócio como um todo.

Ao longo do primeiro trimestre frota e dívida evoluíram pari passu, conforme planejamento. O valor de mercado (FIPE) da frota da Maestro em 31 de março de 2014 é de R\$ 73.247 mil, distribuída em 2.561 veículos, estando 95% destes efetivamente gerando receita. O endividamento líquido por sua vez atingiu R\$ 47.909 mil.

As perspectivas para os próximos períodos são de continuidade do cumprimento do plano de negócios estabelecido, com crescimento sustentável, aumento de eficiência operacional e redução de custos, conquistas de novos clientes e sustentabilidade financeira.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
Embú das Artes - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de janeiro de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2014 e dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2014	31/12/2013	Passivo	Nota	31/03/2014	31/12/2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	8.190	7.572	Fornecedores	17	2.043	612
Aplicações financeiras de uso restrito	11	7.672	4.740	Empréstimos e financiamentos	18	44.206	37.907
Contas a receber de clientes	12	5.109	6.894	Consórcios a pagar	20	490	303
Veículos em desativação para renovação da frota	13	489	418	Salários, encargos e contribuições sociais		220	330
Impostos a recuperar		342	377	Obrigações tributárias		11	32
Despesas antecipadas	14	1.855	665	Outras contas a pagar		324	302
Outras contas a receber		255	412				
Total do ativo circulante		23.912	21.078	Total do passivo circulante		47.294	39.486
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	13	695	680	Empréstimos e financiamentos	18	18.459	26.315
Depósitos judiciais	22	64	64	Consórcios a pagar	20	557	147
Impostos a recuperar		317	317	Provisão para contingências	21	112	112
Despesas antecipadas	14	97	97	Total do passivo não circulante		19.128	26.574
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	1.250	2.280				
Imobilizado	16	62.215	64.394	Patrimônio líquido	22		
Intangível		14	29	Capital social		30.535	30.535
Total do ativo não circulante		64.652	67.861	Prejuízos acumulados		(8.393)	(7.656)
				Total do patrimônio líquido		22.142	22.879
Total do ativo		88.564	88.939	Total do passivo e patrimônio líquido		88.564	88.939

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	31/03/2014	31/03/2013
Receita líquida	24	10.198	13.797
Custos de locação e venda de veículos	25	<u>(5.838)</u>	<u>(10.653)</u>
Lucro bruto		<u>4.360</u>	<u>3.144</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	26	(1.961)	(2.230)
Outras (despesas) receitas operacionais	26	<u>(110)</u>	<u>45</u>
		<u>(2.071)</u>	<u>(2.185)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>2.289</u>	<u>959</u>
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	27	(2.288)	(2.025)
Receita financeiras	27	<u>292</u>	<u>170</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(1.996)</u>	<u>(1.855)</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>293</u>	<u>(896)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(1.030)</u>	<u>304</u>
Prejuízo do período		<u>(737)</u>	<u>(592)</u>
Prejuízo por ação - básico (em R\$)	23	<u>(0,64)</u>	<u>(0,51)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo do período	(737)	(592)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(737)</u></u>	<u><u>(592)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2013	<u>30.535</u>	<u>(6.306)</u>	<u>24.229</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(592)</u>	<u>(592)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>30.535</u>	<u>(6.898)</u>	<u>23.637</u>
Saldos em 1° de janeiro de 2014	<u>30.535</u>	<u>(7.656)</u>	<u>22.879</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(737)</u>	<u>(737)</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u><u>30.535</u></u>	<u><u>(8.393)</u></u>	<u><u>22.142</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis trimestrais.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/03/2014	31/03/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(737)	(592)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.030	(304)
Depreciação e amortização	1.919	1.612
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	2.216	7.643
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	315	-
Encargos financeiros	2.065	1.805
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversão	322	134
Constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	55	65
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	1.448	(413)
Aquisições de veículos (vide nota 51)	(477)	(12.698)
Impostos a recuperar	35	48
Despesas antecipadas	(1.190)	(2.231)
Outras contas a receber	157	(11)
Fornecedores	195	(144)
Outras contas a pagar	(108)	289
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>7.245</u>	<u>(4.797)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	(2.932)	(109)
Aquisição de ativo imobilizado	(328)	(163)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(3.260)</u>	<u>(272)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos e consórcios	8.050	11.000
Amortização de empréstimos e financiamentos e consórcios	(9.307)	(6.354)
Juros pagos	(2.110)	(1.691)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	<u>(3.367)</u>	<u>2.955</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>618</u>	<u>(2.114)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	7.572	12.391
No fim do período	<u>8.190</u>	<u>10.277</u>
	<u>618</u>	<u>(2.114)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis trimestrais.

Maestro Locadora de Veiculos S.A

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/03/2014	31/03/2013
Receitas		
Receitas bruta de locação e venda de veiculos	11.475	14.476
Outras receitas	10	46
Descontos e cancelamentos	(589)	(2)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversão	(322)	(134)
	10.574	14.386
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(2.522)	(2.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(450)	(561)
Comerciais e publicidade	(1)	(84)
Resultado na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(2.216)	(7.643)
	(5.189)	(10.354)
Valor adicionado bruto	5.385	4.032
Depreciação e amortização	(1.919)	(1.634)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.466	2.398
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	292	170
Valor adicionado total a distribuir	3.758	2.568
Distribuição do valor adicionado	3.758	2.568
Pessoal		
Remuneração direta	637	856
Benefícios	65	71
F.G.T.S	34	44
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.276	(111)
Estaduais	-	2
Remuneração de capitais terceiros		
Aluguéis	195	273
Juros e despesas <i>Swap</i>	2.065	1.856
Outras despesas financeiras	223	169
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(737)	(592)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embú das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que em 31 de março de 2014, a frota da Maestro era composta por 2.561 veículos.

Ao longo de 2013 importantes iniciativas foram tomadas no sentido de alcançar lucratividade e preservar a sustentabilidade do fluxo de caixa. Houve importantes melhorias na gestão da frota (incluindo os tempos necessários para preparação e venda de veículos) e redução da estrutura fixa. Em 2014, a Companhia manteve as ações tomadas em 2013, onde ocorreram revisões dos contratos de locação de veículos e entradas de novos contratos. Com isso, houve melhora na margem bruta e na geração de caixa da Companhia.

No âmbito operacional, uma das melhorias realizadas foi a diminuição no número de veículos que não geram receita (em preparação para clientes e em *defleet*). Isto reduziu o valor da frota circulante e foi o principal responsável pela diminuição no capital de giro líquido (“CGL”). Sendo a redução do ativo que não gera receita um aspecto claramente positivo do negócio, pela eficiência do uso dos ativos, a Maestro continuará empenhando esforços no sentido de trabalhar com baixo ativo circulante, embora espere alguma melhora no indicador de CGL pelo alongamento do passivo atual.

A Maestro tornou-se lucrativa desde outubro de 2013 com a implantação bem sucedida destas iniciativas. Dado o caráter permanente dos avanços, melhorias operacionais, e revisão das margens dos contratos de locações, a Companhia apresentou continuamente durante o ano 2014 lucro no período. Além disso, a Companhia vem aprimorando seus procedimentos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”)

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estas informações trimestrais incluem todas as informações requeridas para demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As informações trimestrais de 31 de março de 2014, originalmente emitidas em 07 de novembro de 2014, estão sendo reapresentadas para adequação das divulgações requeridas para entidades registradas na CVM.

Estas informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2015.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 16 - Imobilizado (depreciação de veículos).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- Nota explicativa 13 - Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 15 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 16 - Imobilizado (depreciação de veículos);
- Nota explicativa 21 - Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas em técnicas de avaliação.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 - Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 29 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.
- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Aplicações financeiras de uso restrito

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 31 de março de 2014 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/03/2014	31/12/2013
Veículos ¹	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Móveis em arrendamentos	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

¹ A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

c. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

e. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

f. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

g. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

h. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas e fechadas.

l. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentadas como divulgação suplementar abaixo:

Divulgação suplementar às demonstrações financeiras dos fluxos de caixa:

Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:	31/03/2014	31/03/2013
Aquisições de veículos no período	(2.054)	(9.744)
Fornecedores - Montadoras de veículos:		
Saldo no final do período	1.399	2.500
Saldo no início do período	163	5.454
	<u>1.236</u>	<u>(2.954)</u>
Aquisição de veículos por meio de arrendamento financeiro	<u>341</u>	<u>-</u>
Caixa pago pela aquisição de veículos	<u>(477)</u>	<u>(12.698)</u>

6 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das demonstrações financeiras, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos

resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado.

7 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de juros

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. Risco de mercado

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

Em 31 de março de 2014, 43,3% (50% em 31 de dezembro de 2013) do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

c. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

d. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Total do passivo circulante e não circulante	66.422	66.060
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(15.862)</u>	<u>(12.312)</u>
	<u>50.560</u>	<u>53.748</u>
Total do patrimônio líquido	<u>22.142</u>	<u>22.879</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	228%	235%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do período/exercício:

	31/03/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar	(63.712)	(64.672)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>15.862</u>	<u>12.312</u>
Exposição líquida	<u>(47.850)</u>	<u>(52.360)</u>

e. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de

instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

9 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como única unidade de negócio para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativo.

O negócio da Companhia é locação de veículo. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus veículos desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de pontos de venda direta para consumidores finais.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	525	48
Aplicações financeiras	<u>7.665</u>	<u>7.524</u>
	<u>8.190</u>	<u>7.572</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI-C) (100,5% em 2013).

11 Aplicações financeiras de uso restrito

	31/03/2014	31/12/2013
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	<u>7.672</u>	<u>4.740</u>
	<u>7.672</u>	<u>4.740</u>

Referem-se a CDBs que na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função de taxa de juros. Essas aplicações são garantidoras dos empréstimos apresentados na nota explicativa 19.

12 Contas a receber de clientes

	31/03/2014	31/12/2013
Circulante		
Locação de veículos	5.937	7.385
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(828)</u>	<u>(491)</u>
	<u>5.109</u>	<u>6.894</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Maestro Locadora de Veículos S.A.
Informações trimestrais - ITR
em 31 de março de 2014

Faixa	31/03/2014	31/12/2013
À Vencer	3.236	4.093
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	531	1.903
De 61 a 90 dias	19	58
De 91 a 180 dias	497	349
Acima de 180 dias	<u>1.654</u>	<u>982</u>
	<u>5.937</u>	<u>7.385</u>

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, foi constituída uma perda líquida estimada de R\$337, para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2013	(491)
Reversão da provisão	1.140
Constituição da provisão	<u>(1.477)</u>
Saldo em 31/03/2014	<u>(828)</u>

	31/03/2014	31/12/2013
Não circulante		
Locação de veículos	1.344	1.344
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(649)</u>	<u>(664)</u>
	<u>695</u>	<u>680</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/03/2014	31/12/2013
À Vencer	-	2
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	-	4
De 61 a 90 dias	2	2
De 91 a 180 dias	6	8
Acima de 180 dias	<u>1.336</u>	<u>1.328</u>
	<u>1.344</u>	<u>1.344</u>

Os contas a receber “Não circulante” é composto por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, houve uma reversão líquida no valor de R\$ 15, para títulos vencidos acima de 180 dias, atingindo - se um provisionamento de 50% do saldo

do grupo. A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no não circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2013	(664)
Reversão da provisão	15
Constituição da provisão	<u>-</u>
Saldo em 31/03/2014	<u><u>(649)</u></u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

13 Veículos em desativação para renovação da frota

	31/03/2014	31/12/2013
Veículos	<u>489</u>	<u>418</u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

14 Despesas antecipadas

	31/03/2014	31/12/2013
IPVA/DPVAT/Licenciamento	1.310	-
1º emplacamento	438	578
Outros	<u>204</u>	<u>184</u>
	<u>1.952</u>	<u>762</u>
Circulante	1.855	665
Não circulante	97	97

As despesas antecipadas com IPVA, DPVAT e Licenciamento são despesas incorridas no início do exercício e que são apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses, ou imediatamente, quando ocorre a baixa do veículo.

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

15 Impostos de renda e contribuição social diferidos

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscais diferidos da Companhia nos exercícios comparativos.

	31/03/2014			31/12/2013		
	Ativos	Passivos	Liquido	Ativos	Passivos	Liquido
Prejuízo fiscal e Base negativa de IRPJ e CSLL	8.927	-	8.927	7.997	-	7.997
Ajuste de Arrendamento financeiro	-	(5.217)	(5.217)	-	(4.350)	(4.350)
Ajuste de depreciação	-	(2.073)	(2.073)	-	(1.798)	(1.798)
Outras adições temporárias	543	-	543	431	-	431
(-) Parcela não reconhecida	(930)	-	(930)	-	-	-
Totais	8.540	(7.290)	1.250	8.428	(6.148)	2.280

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos próximos 9 anos.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do exercício findo em 30 de março de 2014 é de R\$ 1.030 (crédito de R\$ 304 em 2013).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	31/03/2014	31/03/2013
Ativo não circulante		
Outras diferenças temporárias	333	199
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	3.572
	333	3.771
Passivo não circulante		
Ajuste de depreciação	(811)	(1.376)
Ajuste de arrendamento Mercantil	(2.551)	(1.499)
	(3.362)	(2.875)
Total	(3.029)	896
Alíquota imposto de renda (25%)	(757)	224
Alíquota contribuição social (9%)	(273)	80
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(1.030)	304

16 Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2013		31/03/2014			Total
	Saldos	Adições	Baixas	Transfer. contra veículos	Transfer. para renovação[1]	
Veículos operacionais	71.718	-	(369)	767	(3.293)	68.823
Equipamentos de informática e telefonia	154	-	-	-	-	154
Máquinas e equipamentos	628	8	-	-	-	636
Móveis e utensílios	78	2	-	-	-	80
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	-	27
Benfeitorias	139	-	-	-	-	139
Imobilizações em curso	114	2.054	-	(767)	-	1.401
Adiantamentos de consórcio	317	318	-	-	-	635
	<u>73.175</u>	<u>2.382</u>	<u>(369)</u>	<u>-</u>	<u>(3.293)</u>	<u>71.895</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	V.U. ²	31/12/2013		31/03/2014		Total
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. renovação ¹	
Veículos operacionais	2-3	(8.598)	(1.862)	54	951	(9.455)
Equipamentos de informática e telefonia ³	5-10	(37)	(6)	-	-	(43)
Máquinas e equipamentos	10	(101)	(29)	-	-	(130)
Móveis e utensílios	10	(18)	(3)	-	-	(21)
Móveis em arrendamento	10	(4)	-	-	-	(4)
Benfeitorias	10	(23)	(4)	-	-	(27)
		<u>(8.781)</u>	<u>(1.904)</u>	<u>54</u>	<u>951</u>	<u>(9.680)</u>
Imobilizado líquido		<u>64.394</u>	<u>478</u>	<u>(315)</u>	<u>(2.342)</u>	<u>62.215</u>

1. Transferência de desativação para renovação de frota.
2. V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 5, item b., subitem (iii).
3. Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de telefonia e 10 anos para equipamentos de informática.

17 Fornecedores

	31/03/2014	31/12/2013
Montadoras	1.399	163
Fornecedores diversos	<u>644</u>	<u>449</u>
	<u>2.043</u>	<u>612</u>

18 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia está resumido nos quadros abaixo:

31 de março de 2014								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	176	130	306	0,5
Giro (Pré)	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2017	18.258	6.409	24.667	38,7
Giro (Pós)	R\$	0,3105 a.m + CDI	0,44 a.m + CDI	2017	19.383	7.568	26.951	42,3
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,00 a.m	1,34 a.m	2016	1.741	1.217	2.958	4,6
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	CDI + 0,27 a.m	CDI + 0,44 a.m	2016	4.986	3.903	8.889	13,9
					<u>44.544</u>	<u>19.227</u>	<u>63.771</u>	<u>100</u>
Custos de empréstimos					<u>(338)</u>	<u>(768)</u>	<u>(1.106)</u>	
Total					<u>44.206</u>	<u>18.459</u>	<u>62.665</u>	

31 de dezembro de 2013								
Modalidade	Moeda	Taxa anual (%)		Ano de Vcto.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	229	143	372	1
Giro (Pré)	R\$	0,85 a.m	1,24 a.m	2016	17.316	10.829	28.145	43
Giro (Pós)	R\$	CDI + 0,31 a.m	CDI + 0,6 a.m	2016	13.350	9.399	22.749	35
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	2.389	1.657	4.046	6
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	CDI + 0,28 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	5.174	4.743	9.917	15
					<u>38.458</u>	<u>26.771</u>	<u>65.229</u>	<u>100</u>
Custos de empréstimos					<u>(551)</u>	<u>(456)</u>	<u>(1.007)</u>	
Total					<u>37.907</u>	<u>26.315</u>	<u>64.222</u>	

Do saldo de empréstimos giro pré de R\$24.667 (R\$28.145 em dezembro de 2013), R\$5.330 (R\$6.422 em dezembro de 2013) referem-se a o banco Volkswagen para compra de veículos.

Combinados empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios (vide nota 19, 20 e 21) compõe a dívida bruta de R\$63.711 em março de 2014 (R\$64.672 em dezembro de 2013).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade arrendamento financeiro e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma

operação vigente em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresenta cláusula de restrições, (“covenants”).

Análise de sensibilidade

Do passivo total, 56% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31 de março de 2014, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de stress, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 11%.

Como a posição aplicadora, também indexada ao CDI, é superior à dívida bruta, cenários de *stress* de taxas de juros para este período apontam para resultados líquidos positivos como no quadro abaixo, na página seguinte.

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	11%	13,75%	16,50%
Varição em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(35.840)	(36.826)	(37.811)
SWAP	(3.023)	(3.106)	(3.189)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	12.831	13.184	13.537
Efeito líquido patrimonial	(26.032)	(26.748)	(27.464)
Efeito líquido no resultado	-	(716)	(1.432)

As divulgações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa 29.

19 Passivos de arrendamentos financeiros

Passivos financeiros são devidos, como segue:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	30/12/2013
Menos de um ano	8.522	9.875	(2.381)	(2.910)	6.141	6.965
Entre um e cinco anos	6.204	7.713	(498)	(715)	5.706	6.998
	14.726	17.588	(2.879)	(3.625)	11.847	13.963

20 Consórcios a pagar

	31/03/2014	31/12/2013
Circulante	490	303
Não circulante	557	147
	1.047	450

Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía em seu balanço:

- (a) 71 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao

longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O Valor médio financiado por cota é de R\$ 22;

- (b) 12 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre outubro e dezembro de 2013, com taxas de administração de 19%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 69 meses. O Valor médio financiado por cota é de R\$ 50; e
- (c) 32 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre janeiro e março de 2014, com taxas de administração de 19%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 59 meses. O Valor médio financiado por cota é de R\$ 22.

21 Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Contingências cíveis	<u>112</u>	<u>112</u>

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 698, relacionados a causas cíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 64 em 31 de março de 2014 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2013).

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/2013	Constituição	Reversões	Saldos em 31/03/2014
Cíveis	112	-	-	112
Depósitos judiciais	<u>(64)</u>	-	-	<u>(64)</u>
	<u>48</u>	-	-	<u>48</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2014, o Stratus SCP Brasil

FIP, Fundo de Investimentos em Participações, fundo administrado pela Stratus Investimentos Ltda. (mesmo administrador do atual acionista da Maestro FMIEE Stratus Fleet), ingressou na Companhia por meio de subscrição de 541.119 novas ações de seu capital social, totalizando R\$ 20.000.

Acionistas	Ações integralizadas	Capital subscrito
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	780.687	28.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	27.220	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	340.246	405
	1.160.402	30.535

b. Reserva legal

Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em lei e neste Estatuto compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

O Conselho de Administração poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanços semestrais e em período menores, e, com base nos referidos balanços, declarar dividendos a conta de lucros apurados, bem como declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, semestral ou intercalar.

Observada as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

23 Lucro (prejuízo) por ação

Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2014 e 2013 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído Numerador	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo do período	(737)	(1.599)

Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.160	1.160
(Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	R\$ (0,64)	R\$ (0,51)

24 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do período:

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Locação de veículos	7.898	6.665
Venda de veículos	<u>2.300</u>	<u>7.132</u>
	<u>10.198</u>	<u>13.797</u>

Abaixo demonstramos a receita bruta menos as deduções de vendas:

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Receita bruta	11.475	14.476
Menos		
Impostos sobre vendas e serviços	(805)	(678)
Devoluções	<u>(472)</u>	<u>(1)</u>
	<u>10.198</u>	<u>13.797</u>

25 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Custos de manutenção	(1.705)	(1.311)
Custos com depreciação	(1.862)	(1.634)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos (imobilizado e em desativação para renovação de frota)	(55)	(65)
Custos dos veículos vendidos	<u>(2.216)</u>	<u>(7.643)</u>
	<u>(5.838)</u>	<u>(10.653)</u>

26 Despesas administrativas e gerais e Outras (despesas) receitas operacionais

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Despesas gerais	(1.083)	(1.114)
Despesas com pessoal	<u>(878)</u>	<u>(1.116)</u>
	<u>(1.961)</u>	<u>(2.230)</u>
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(110)</u>	<u>45</u>

27 Resultado financeiro

Despesas financeiras	31/03/2014	31/03/2013
Juros passivos	(2.065)	(1.856)
Despesas bancárias e IOF	<u>(223)</u>	<u>(169)</u>
Total	<u><u>(2.288)</u></u>	<u><u>(2.025)</u></u>
Receitas financeiras	31/03/2014	31/03/2013
Receitas de aplicações financeiras	276	170
Juros ativos	<u>16</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>292</u></u>	<u><u>170</u></u>

28 Partes relacionadas

No 1º trimestre de 2014, a remuneração total dos Administradores foi de R\$ 201 (R\$ 234 no 1º trimestre de 2013), a título de remuneração fixa. Não houve pagamento de bônus ou qualquer outro tipo de remuneração variável no período do exercício e não houve qualquer outra transação na Companhia envolvendo partes relacionadas.

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações trimestrais foi:

	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	15.862	12.312
Contas a receber de clientes	5.804	7.574
Outras contas a receber	<u>255</u>	<u>412</u>
	<u><u>21.921</u></u>	<u><u>20.298</u></u>

b. Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivos financeiros não derivativos	31/03/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar	63.712	64.672
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.367</u>	<u>914</u>
	<u><u>66.079</u></u>	<u><u>65.586</u></u>

Não são esperados que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2014:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar	63.712	44.696	30.744	1.871	77.311
Fornecedores e outras contas a pagar	2.367	2.367	-	-	2.367
	<u>66.079</u>	<u>46.573</u>	<u>30.744</u>	<u>1.871</u>	<u>79.678</u>

c. Classificação e valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	<u>31/03/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	525	525	48	48
Contas a receber de clientes	5.804	5.804	7.574	7.574
Outras contas a receber	255	255	412	412
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	7.665	7.665	7.524	7.524
Aplicações financeiras de uso restrito	7.672	7.672	4.740	4.740
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar	63.712	63.712	64.672	64.672
Fornecedores	2.043	2.043	612	612
Outras contas a pagar	324	324	302	302

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Aplicações financeiras de uso restrito** - São definidos como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado

e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.

- **Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Divulgações adicionais sobre gerenciamento de risco financeiro estão na nota explicativa nº 7.

d. Riscos de taxa de juros

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros.

As posições de derivativos em aberto em 31 de março de 2014 são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber taxa pre	A pagar	Valor de referência notional	Valor de mercado
SWAP	Empréstimos	14/09/2015	9,082% a.a.	CDI + 4,245% a.a.	3.347	3.032

O efeito das operações relacionadas a swap no resultado da Companhia para o período findo em 30 de março de 2014 foi de R\$ (315) (R\$ 64 em 31 de março de 2013).

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

e. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representam transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negocio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Títulos Patrimoniais** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 31 de março de 2014				
	Saldo contábil em	Mercado ativo preço cotado	Sem mercado ativo técnica de avaliação	Sem mercado ativo títulos patrimonial
Individual	31/03/14	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	8.190	-	8.190	-
Aplicações financeiras de uso restrito	7.672	-	7.672	-

Valor justo em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo contábil em	Mercado ativo preço cotado (Sem mercado ativo técnica de avaliação	Sem mercado ativo títulos patrimonial (
Individual	31/12/13	Nível 1)	(Nível 2)	Nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	7.573	-	7.573	-
Aplicações financeiras de uso restrito	4.740	-	4.740	-

Os empréstimos e financiamentos estão registrados pelo custo de amortizado, no entanto, a divulgação de valor de mercado se classifica no nível II da hierarquia do valor justo.

30 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos Segurados	Modalidades	31/03/2014
Veículos	Cobertura total (Danos materiais)	480
Veículos	Cobertura total (Danos Corporais)	960
Predial	Cobertura total (Danos materiais)	4.680

Em 08 de janeiro de 2014, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados no exercício de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia R\$ 10.000 e um prêmio líquido total de R\$ 19,3.

31 Eventos subsequentes

Em 24 de abril de 2014, o Stratus SCP Brasil FIP, Fundo de Investimentos em Participações, fundo administrado pela Stratus Investimentos Ltda. (mesmo administrador do atual acionista da Maestro FMIEE Stratus Fleet), ingressou na Companhia por meio de subscrição de 541.119 novas ações de seu capital social, totalizando R\$ 20.000, totalmente integralizadas.

Em 24 de julho de 2014 os acionistas Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz realizaram a integralização de R\$ 600, conforme AGE de 24 de abril de 2014.

Como consequência das mencionadas capitalizações, em 31 de dezembro de 2014 a participação acionária e o capital estão compostos como se segue:

Acionistas	Ações integralizadas	Capital integralizado
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	780.687	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	541.119	15.770
Lewco Participações e Administração Ltda.	29.629	864
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	<u>370.304</u>	<u>11.392</u>
	<u>1.733.988</u>	<u>51.135</u>

O Capital social integralizado da Companhia até a data de emissão do relatório é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social integralizado de R\$ 51.135.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Daniel Kenji da Silva Yoshimura
Contador CRC SP-261290/O-4